



IX ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES Y ESTUDIANTES DE REOALCEI

Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador no MPT da 14^a Região como instrumento de Acesso à Justiça

MARIA EDUARDA NUNES FIGUEIRA¹

mariafigueira.unir@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7619-9867>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9861021569920390>

THAIS BERNARDES MAGANHINI²

tbm@unir.br

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6602-3467>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6368380758506294>

MARIA LETÍCIA FERREIRA MARQUES³

mariaferreiramqs12@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6602-3467>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6067563572608830>

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bolsista PIBEC, integrante do Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador (NUAT), com atuação no Núcleo de Prática Jurídica em Ação Coletiva, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT 14^o Região). mariafigueira.unir@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9861021569920390> Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7619-9867>

² Doutora em Direito Difuso e Coletivo pela PUC-SP, mestre em Direito Econômico pela Universidade de Marília-UNIMAR. Professora da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Professora do Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça DHJUS - UNIR. Bolsista do Mestrado/ Doutorado-DHJUS. Líder do Grupo de Pesquisa Direito Constitucional, Acesso à Justiça e Sustentabilidade. DCOAJUDS- UNIR. tbm@unir.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6368380758506294> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1603-2747>.

³ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Rondônia. Bolsista PIBIC do Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça DHJUS - Unir/Emerson (TJ-RO). Membro do Grupo de Pesquisa Direito Constitucional, Acesso à Justiça e Sustentabilidade. mariaferreiramqs12@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6067563572608830> ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6602-3467>.

RESUMO

O acesso à justiça constitui um direito fundamental e pressuposto indispensável para os demais direitos, sendo mais que um direito postulatório, mas uma possibilidade concreta de defesa de direitos em uma ordem jurídica real e efetiva. Nesse contexto, a extensão universitária apresenta-se como um instrumento relevante para a promoção do acesso à justiça, ao aproximar a universidade da sociedade e contribuir para a superação de barreiras informacionais e sociais. O presente trabalho analisa a atuação do Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador (NUAT), projeto de extensão vinculado ao curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia, desenvolvido no âmbito do Ministério Público do Trabalho da 14ª Região, em Porto Velho/RO. A pesquisa adota metodologia mista, de natureza quantitativa e qualitativa, a partir da análise documental dos atendimentos realizados pelo núcleo no ano de 2025. Os resultados demonstram que o NUAT atua de forma significativa na orientação jurídica trabalhista e no apoio digital aos trabalhadores, especialmente em demandas relacionadas ao acesso a sistemas eletrônicos essenciais à garantia de direitos. Conclui-se que a experiência do NUAT evidencia o papel da extensão universitária como mecanismo efetivo de promoção do acesso à justiça, fortalecimento da cidadania e concretização dos direitos fundamentais no âmbito das relações de trabalho.

INTRODUÇÃO

O acesso à justiça constitui um dos direitos humanos fundamentais e representa pressuposto indispensável para a efetivação dos demais direitos, não se limitando à prerrogativa formal de postular perante o Poder Judiciário. Trata-se, sobretudo, da possibilidade concreta de os indivíduos defenderem seus direitos por meio de instrumentos capazes de garantir uma ordem jurídica justa, real e efetiva (Ramos, 2021). Nesse sentido, a efetivação do acesso à justiça exige a superação de barreiras sociais, informacionais e institucionais que historicamente afastam parcelas significativas da população dos mecanismos de proteção jurídica.

A educação, nesse contexto, assume papel central na promoção do acesso à justiça, especialmente quando compreendida sob uma perspectiva crítica e dialógica. Parafraseando Paulo Freire, o processo educativo não se restringe à transmissão verticalizada de conteúdos, mas reconhece os estudantes como sujeitos ativos da construção do conhecimento, capazes de externalizar o saber produzido na academia e dialogar com a realidade social (Correia; Oliveira, 2016). Essa concepção atribui sentido emancipatório às práticas extensionistas, ao promover a interação entre universidade e sociedade e possibilitar a construção coletiva do conhecimento jurídico.

A extensão universitária configura-se, assim, como um dos principais meios de viabilização do acesso à justiça. Enquanto ponte entre a universidade e a comunidade, as ações extensionistas aproximam grupos socialmente vulnerabilizados das instituições de proteção jurídica, oferecendo informação, orientação e acompanhamento em situações de violação de direitos. Souza, Pontes

et al. (2024), ao citarem Farias e Oliveira, destacam que os projetos de extensão permitem a inserção dos estudantes em atividades de cunho social, possibilitando a compreensão de problemas reais e casos concretos, de modo que o conhecimento acadêmico dialogue diretamente com a sociedade, contribuindo para a transformação da realidade local.

A literatura aponta que a extensão universitária, orientada pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, constitui um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político, por meio do qual a universidade interage de maneira transformadora com os diversos setores da sociedade. Segundo Souza e Pontes et al. (2024), os projetos de extensão favorecem uma análise crítica das problemáticas sociais e das estratégias de ensino e pesquisa, operando como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que inserem o estudante na realidade social, possibilitam o retorno à universidade de aprendizagens e experiências adquiridas in loco, fortalecendo a integração entre academia e sociedade.

Historicamente compreendida como uma prática assistencialista ou subordinada à pesquisa, a extensão universitária passou a assumir um papel mais amplo e estratégico. Na contemporaneidade, rompe os limites físicos da universidade e estabelece uma relação efetivamente dialógica com a sociedade, produzindo benefícios recíprocos e contribuindo para o bem comum e para a transformação mútua entre comunidade e academia. Para na Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX explicam que para além do desenvolvimento acadêmico, a participação em projetos de extensão proporciona contribuições significativas para a formação profissional dos estudantes, especialmente por meio do contato direto com as narrativas e demandas de trabalhadores em contextos de vulnerabilidade social, ampliando a sensibilidade jurídica e humana dos discentes.

É nesse cenário que se insere o Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador (NUAT), projeto de extensão que atua em parceria com o Ministério Público do Trabalho da 14ª Região, com o objetivo de oferecer orientação jurídica gratuita aos trabalhadores no âmbito do Direito do Trabalho. O projeto busca suprir a carência de acesso a informações jurídicas básicas, abrangendo desde o esclarecimento de dúvidas até o encaminhamento de denúncias relacionadas a violações de direitos trabalhistas, bem como orientações sobre benefícios previdenciários e procedimentos administrativos. Embora o Ministério Público do Trabalho possua competência constitucional para a defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores, muitas demandas individuais permanecem desassistidas, o que evidencia a relevância da atuação do NUAT como mecanismo complementar de promoção do acesso à justiça.

OBJETIVO

Comprovar a efetividade, como auxílio ao acesso à justiça, da atuação do Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador (NUAT), vinculado à prática jurídica trabalhista do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia e ao

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Justiça (DHJUS), desenvolvido no âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Porto Velho/RO, no ano de 2025.

METODOLOGIA

A análise de dados é mista, sendo quantitativa e qualitativa, com uma abordagem descritiva e analítica. É quantitativa por tratar-se de pesquisa documental que utiliza de dados numéricos tabelados (Gil, 2017), baseada em uma planilha que armazena todos os atendimentos realizados pelo NUAT no ano de 2025, obtidos de forma empírica durante o período. É qualitativa em razão da natureza dos dados coletados e dos pressupostos teóricos que nortearam a investigação (Gil, 2017), permitindo a categorização, a interpretação e a compreensão das demandas atendidas.

Dessa maneira, a abordagem do presente trabalho busca descrever e analisar os atendimentos realizados pelas discentes no âmbito do núcleo ao longo do ano, de modo a categorizar cada tipo de atendimento executado, possibilitando a identificação das reais demandas e necessidades dos trabalhadores que recorrem ao serviço.

Para tanto, NUAT está localizado nas dependências do Ministério Público do Trabalho em Porto Velho, Rondônia, e funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h30, o procedimento de triagem segue o mesmo padrão adotado pelo MPT, inicialmente, o usuário apresenta sua demanda na recepção, sendo avaliada a possibilidade de atendimento pelo núcleo. Sendo a demanda compatível, o atendimento é encaminhado para a sala de audiência nº 2, onde um ou dois acadêmicos realizam o atendimento.

RESULTADO

Ao se falar da garantia constitucional de acesso à justiça, não se deve limitá-la apenas ao direito de se envolver com facilidade em processos litigiosos. É importante lembrar que se trata, sobretudo, de uma dimensão que compreende o acesso à justiça como a necessidade de repensar o conjunto de instituições voltadas não apenas ao processamento, mas também à prevenção dos conflitos (Pereira apud Cappelletti, 2024).

De acordo com Kazuo Watanabe, o acesso à justiça nem sempre se fundamenta no ingresso em litígios jurídicos, abrangendo também meios alternativos, como soluções administrativas e consensuais de resolução de conflitos (Pereira apud Watanabe, 2024).

Assim, torna-se necessário pensar em mecanismos que não se restrinjam à judicialização, mas que também ofereçam amparo ao indivíduo em demandas administrativas, especialmente no que se refere ao atendimento ao trabalhador.

Nesse sentido, após 2015, os núcleos de prática jurídica passam a ser reconhecidos como um novo ator no âmbito das formas de representação processual jurídica administrativa (Pereira; Andrade; Batista, 2024).

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) constitui um importante mecanismo desenvolvido pelos cursos de Direito com a finalidade de ampliar o processo de ensino-aprendizagem para além do espaço físico da sala de aula.

No curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia, a prática jurídica do NPJ constitui-se em disciplinas específicas, inseridas na grade curricular, sendo uma delas denominada NPJ Trabalhista, que funciona de forma simulada, por meio da análise de casos hipotéticos. Tal dinâmica, embora relevante do ponto de vista pedagógico, não atende aos objetivos do núcleo, uma vez que não proporciona a vivência prática real. Diante dessa limitação, evidenciou-se a necessidade de unir dois fatores: a prática jurídica e o acesso ao valor social do trabalho, conceituado no artigo 7º da Constituição Federal

Nesse cenário, surge o projeto de extensão denominado “NPJ em Ação Coletiva com o MPT”, a partir do qual foi concebido o Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador (NUAT), que foi estruturado com o propósito de atender a duas demandas centrais da problemática, a oferta de prática jurídica trabalhista aos acadêmicos e o acolhimento de demandas recebidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) que não podem ser diretamente atendidas pela instituição.

Para isso, o projeto é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS), que auxilia os discentes em demandas de alta complexidade através de supervisão assistida. Os mestrandos do programa oferecem apoio em diversas situações como em casos onde se faz necessária a utilização de procuração, também na revisão dos materiais e relatórios produzidos durante e após os atendimentos.

As demandas atendidas pelo NUAT são classificadas em cinco tipologias: (i) assistência jurídica; (ii) CTPS/GOV - apoio digital; (iii) guia de atendimento do TRT-14; (iv) processos administrativos; e (v) guia de denúncia ao Ministério Público do Trabalho.

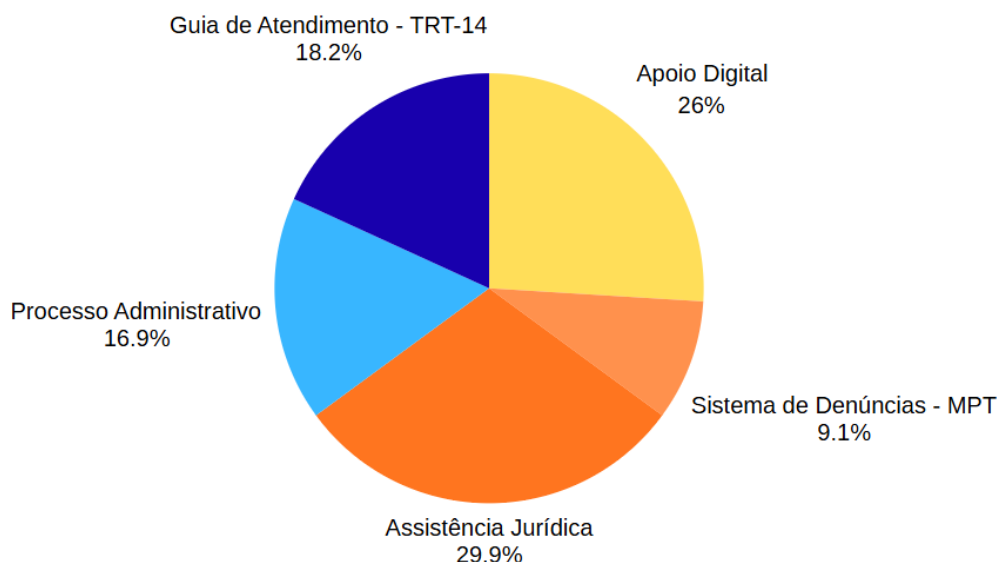
Inicialmente, os alunos foram convidados a atender juntamente com servidores do próprio MPT, a fim de compreender o passo a passo de um atendimento. Com o tempo, passaram a realizar atendimentos individuais voltados a orientações jurídicas, além de elaborar e acompanhar processos administrativos, como requerimentos e recursos. Além disso, conforme o interesse do assistido, também é realizado o preenchimento da guia de atendimento no site do TRT-14, para posterior atermação.

Após isso, verificou-se uma demanda muito pertinente no que tange ao acesso à Carteira de Trabalho Digital e ao sistema Gov, pois, desde a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e da Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019, a carteira de trabalho passou a ser emitida de forma virtual, deixando sem acesso aqueles que não possuem letramento digital, que, segundo Gilster (apud Paiva, 2021), “letramento digital é a habilidade de compreender informações - e, mais importante, de avaliar e integrar informações nos múltiplos formatos que o computador pode oferecer”. Nesse sentido, o núcleo está presente para auxiliar

nessa demanda, destacando-se na categoria de apoio digital, que compreende atividades como a recuperação de contas gov.br, acesso à Carteira de Trabalho Digital, FGTS e INSS.

Paralelamente, durante o ano de 2025, houve funcionamento de abril a dezembro, período em que o NUAT realizou 81 atendimentos. Nesse sentido, demonstra-se, em gráfico, como ocorreu a divisão das demandas no período citado:

Figura 1: Tipos de atendimentos realizados pelo NUAT



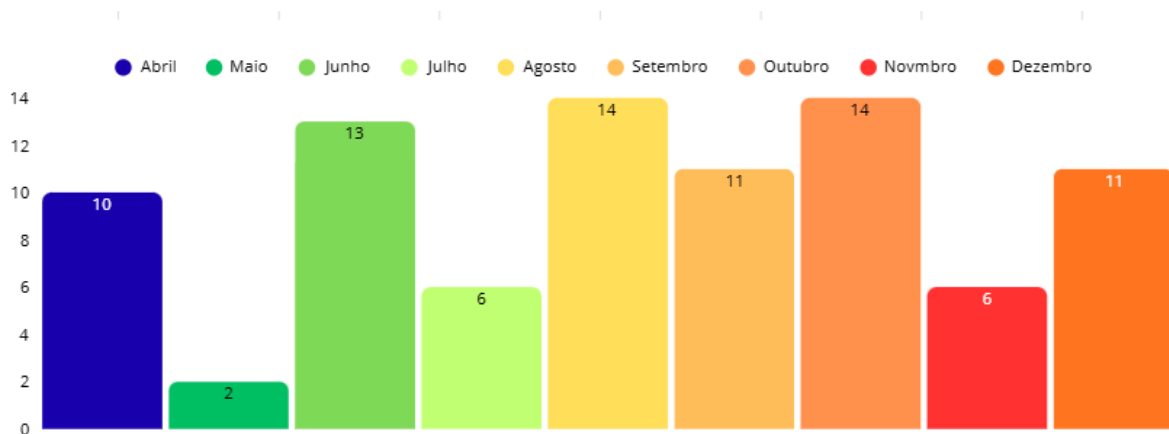
FONTE: autor próprio

Figura1. Gráfico demonstrativo dos atendimentos do Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador e respectivas porcentagens do ano de 2025 em Porto Velho/RO.

Observa-se, a partir do gráfico apresentado, que as maiores demandas atendidas pelo núcleo se concentram em duas, a assistência jurídica e o apoio digital.

Esse resultado evidencia que, além da busca por orientações jurídicas trabalhistas, uma parcela significativa dos trabalhadores enfrenta dificuldades relacionadas ao acesso e à utilização de ferramentas digitais essenciais para a garantia de seus direitos, reforçando a relevância da atuação do NUAT pelo letramento digital dos trabalhadores.

É importante observar, também, a quantidade de atendimentos realizados no ano, totalizando 81 atendimentos no período analisado.



FONTE: autor próprio

Figura2. Gráfico da quantidade de atendimentos realizados pelo NUAT entre os meses de abril e dezembro de 2025.

A distribuição mensal desses atendimentos comprova a necessidade da atuação do núcleo, sobretudo considerando que, embora funcione nas dependências do MPT, o NUAT não se vincula institucionalmente a esse órgão, atuando de forma autônoma no atendimento de demandas próprias e externas. Dessa forma, o núcleo facilita a vida dos trabalhadores que buscam o MPT para solucionar questões trabalhistas, administrativas ou individuais, inclusive para assistência jurídica.

CONCLUSÕES

A experiência do Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador (NUAT), desenvolvido em parceria com o Ministério Público do Trabalho da 14ª Região, evidencia o potencial transformador das ações extensionistas voltadas à promoção de direitos. Ao oferecer orientação jurídica gratuita, apoio administrativo e auxílio no acesso a ferramentas digitais essenciais, o NUAT contribui para a superação de barreiras informacionais, institucionais e tecnológicas que historicamente dificultam o exercício dos direitos trabalhistas por parte dos trabalhadores.

Além do impacto social gerado, a atuação do NUAT demonstra relevante contribuição para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de Direito, que, ao se inserirem em contextos reais de atendimento, desenvolvem competências técnicas, éticas e humanas indispensáveis ao exercício de uma prática jurídica comprometida com a justiça social. Essa vivência concreta reforça a concepção freireana de educação crítica e dialógica, na qual o conhecimento é construído coletivamente a partir da interação entre universidade e sociedade.

Por fim, conclui-se que iniciativas como o NUAT reafirmam o papel social da universidade pública e sua responsabilidade na promoção dos direitos fundamentais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente no que se refere à promoção do trabalho decente e da cidadania. A experiência analisada demonstra que a extensão universitária, quando articulada a instituições públicas e orientada por uma perspectiva de direitos humanos, constitui

um meio efetivo de promoção do acesso à justiça e de fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Extensão universitária; Direitos humanos; Direito do Trabalho; Núcleo Universitário de Assistência ao Trabalhador.

MARIA EDUARDA NUNES FIGUEIRA¹

THAIS BERNARDES MAGANHINI²

MARIA LETÍCIA FERREIRA MARQUES³

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2019). *Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019*. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm

Brasil. (2019). *Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019*. Dispõe sobre a emissão da Carteira de Trabalho Digital. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.065-de-23-de-setembro-de-2019-218768613>

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Paiva, V. L. M. de O. (2021). *Letramento digital: problematizando o conceito*. Revista da ABRALIN, 20(3), 1161–1179. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1905>

Pereira, L. I., Andrade, G. P. P., & Batista, P. F. (2024). *Acesso a direitos sociais pelos núcleos de prática jurídica: estudo da Universidade Federal de Viçosa/MG*. Revista do Direito Público, 19(1), 161–180. <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2024.v19.n1.45431>.

DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, das Instituições Públicas. Política Nacional de. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8969/28/Discutindo_o_dialogo_na_educacao_sob_a_perspectiva_de_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

RAMOS, Fabio Fagner Pereira. Acesso à justiça: aspectos históricos, Projeto Florença e Constituição Federal de 1988. Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, [S. l.], n. 56, p. 160–187, 2021. DOI:

10.63601/bcesmpu.2021.n56.160-187. Disponível em:
<https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/596>.
Acesso em: 14 dez. 2025.

Revista brasileira de educação. [S.l.]: Amplamente Cursos e Formação Continuada,
2024. Disponível em: *b9c3ab_bb55d9a87dfe43bca5942e95224e623f.pdf

Núcleo Universitario de Asistencia al Trabajador en el MPT de la 14ª Región como instrumento de Acceso a la Justicia

MARIA EDUARDA NUNES FIGUEIRA

mariafigueira.unir@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7619-9867>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9861021569920390>

THAIS BERNARDES MAGANHINI

tbm@unir.br

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6602-3467>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6368380758506294>

MARIA LETÍCIA FERREIRA MARQUES

mariaferreiramqs12@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6602-3467>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6067563572608830>

RESUMEN

El acceso a la justicia constituye un derecho fundamental y un requisito indispensable para los demás derechos, siendo más que un derecho de petición, una posibilidad concreta de defensa de derechos en un orden jurídico real y efectivo. En este contexto, la extensión universitaria se presenta como un instrumento relevante para la promoción del acceso a la justicia, al acercar la universidad a la sociedad y contribuir a superar barreras informativas y sociales. El presente trabajo analiza la actuación del Núcleo Universitario de Asistencia al Trabajador (NUAT), proyecto de extensión vinculado al curso de Derecho de la Universidad Federal de Rondônia, desarrollado en el ámbito del Ministerio Público del Trabajo de la 14ª Región, en Porto Velho/RO. La investigación adopta una metodología mixta, de naturaleza cuantitativa y cualitativa, a partir del análisis documental de las atenciones realizadas por el núcleo en el año 2025. Los resultados demuestran que el NUAT actúa de manera significativa en la orientación jurídica laboral y en el apoyo digital a los trabajadores, especialmente en demandas relacionadas con el acceso a sistemas electrónicos esenciales para la garantía de derechos. Se concluye que la experiencia del NUAT evidencia el papel de la extensión universitaria como mecanismo efectivo de promoción del acceso a la justicia, fortalecimiento de la ciudadanía y concreción de los derechos fundamentales en el ámbito de las relaciones laborales.

INTRODUCCIÓN

El acceso a la justicia constituye uno de los derechos humanos fundamentales y representa un supuesto indispensable para la efectividad de los demás derechos, no limitándose a la prerrogativa formal de recurrir ante el Poder Judicial. Se trata, sobre todo, de la posibilidad concreta de que los individuos defiendan sus derechos mediante instrumentos capaces de garantizar un orden jurídico justo, real y efectivo (Ramos, 2021). En este sentido, la garantía del acceso a la justicia exige superar barreras sociales, informativas e institucionales que históricamente han alejado a segmentos significativos de la población de los mecanismos de protección jurídica.

La educación, en este contexto, asume un papel central en la promoción del acceso a la justicia, especialmente cuando se comprende desde una perspectiva crítica y dialógica. Parafraseando a Paulo Freire, el proceso educativo no se limita a la transmisión vertical de contenidos, sino que reconoce a los estudiantes como sujetos activos en la construcción del conocimiento, capaces de exteriorizar el saber producido en la academia y dialogar con la realidad social (Correia; Oliveira, 2016). Esta concepción atribuye un sentido emancipador a las prácticas extensionistas, al promover la interacción entre universidad y sociedad y posibilitar la construcción colectiva del conocimiento jurídico.

La extensión universitaria se configura, así, como uno de los principales medios para viabilizar el acceso a la justicia. Como puente entre la universidad y la comunidad, las acciones extensionistas acercan a los grupos socialmente vulnerabilizados a las instituciones de protección jurídica, ofreciendo información, orientación y acompañamiento en situaciones de violación de derechos.

Segundo Souza e Pontes et al. (2024), os projetos de extensão favorecem uma análise crítica das problemáticas sociais e das estratégias de ensino e pesquisa, operando como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que inserem o estudante na realidade social, possibilitam o retorno à universidade de aprendizagens e experiências adquiridas in loco, fortalecendo a integração entre academia e sociedade.

Souza, Pontes et al. (2024), al citar a Farias y Oliveira, destacan que los proyectos de extensión permiten la inserción de los estudiantes en actividades de carácter social, posibilitando la comprensión de problemas reales y casos concretos, de modo que el conocimiento académico dialogue directamente con la sociedad, contribuyendo a la transformación de la realidad local. La literatura señala que la extensión universitaria, guiada por el principio constitucional de la indivisibilidad entre enseñanza, investigación y extensión, constituye un proceso educativo, interdisciplinario, cultural, científico y político, mediante el cual la universidad interactúa de manera transformadora con los diversos sectores de la sociedad. Según Souza y Pontes et al. (2024), los proyectos de extensión favorecen un análisis crítico

de las problemáticas sociales y de las estrategias de enseñanza e investigación, operando como una vía de doble sentido: al mismo tiempo que insertan al estudiante en la realidad social, posibilitan el retorno a la universidad como aprendiz. Según Souza y Pontes et al. (2024), los proyectos de extensión fomentan un análisis crítico de las problemáticas sociales y de las estrategias de enseñanza e investigación, operando como una vía de doble sentido: al mismo tiempo que insertan al estudiante en la realidad social, permiten el retorno a la universidad de aprendizajes y experiencias adquiridas in situ, fortaleciendo la integración entre la academia y la sociedad.

Históricamente comprendida como una práctica asistencialista o subordinada a la investigación, la extensión universitaria ha empezado a asumir un papel más amplio y estratégico. En la actualidad, rompe los límites físicos de la universidad y establece una relación efectivamente dialógica con la sociedad, produciendo beneficios recíprocos y contribuyendo al bien común y a la transformación mutua entre la comunidad y la academia. En la Política Nacional de Extensión Universitaria, elaborada por el Foro de Pró-Reitores de Extensión de las Universidades Públicas Brasileñas - FORPROEX, se explica que más allá del desarrollo académico, la participación en proyectos de extensión proporciona contribuciones significativas para la formación profesional de los estudiantes, especialmente a través del contacto directo con las narrativas y demandas de los trabajadores en contextos de vulnerabilidad social, ampliando la sensibilidad jurídica y humana de los alumnos.

Es en este escenario donde se inserta el Núcleo Universitario de Asistencia al Trabajador (NUAT), proyecto de extensión que actúa en colaboración con el Ministerio Público del Trabajo de la 14.^a Región, con el objetivo de ofrecer orientación jurídica gratuita a los trabajadores en el ámbito del Derecho Laboral. El proyecto busca suplir la carencia de acceso a información jurídica básica, abarcando desde la aclaración de dudas hasta la presentación de denuncias relacionadas con violaciones de derechos laborales, así como orientaciones sobre beneficios de seguridad social y procedimientos administrativos. Aunque el Ministerio Público del Trabajo posee competencia constitucional para la defensa colectiva de los derechos de los trabajadores, muchas demandas individuales permanecen desatendidas, lo que evidencia la relevancia de la actuación del NUAT como mecanismo complementario para la promoción del acceso a la justicia..

OBJETIVO

Comprobar la efectividad, como apoyo al acceso a la justicia, de la actuación del Núcleo Universitario de Asistencia al Trabajador (NUAT), vinculado a la práctica jurídica laboral del curso de Derecho de la Universidad Federal de Rondônia y al Programa de Posgrado en Derechos Humanos y Justicia (DHJUS), desarrollado en el ámbito del Ministerio Público del Trabajo (MPT), en Porto Velho/RO, en el año 2025.

METODOLOGÍA

El análisis de datos es mixto, siendo cuantitativo y cualitativo, con un enfoque descriptivo y analítico. Es cuantitativo por tratarse de investigación documental que utiliza datos numéricos tabulados (Gil, 2017), basada en una hoja de cálculo que almacena todas las atenciones realizadas por el NUAT en el año 2025, obtenidas de manera empírica durante el período.

De esta manera, el enfoque del presente trabajo busca describir y analizar las atenciones realizadas por las estudiantes en el ámbito del núcleo a lo largo del año, con el fin de categorizar cada tipo de atención ejecutada, permitiendo la identificación de las verdaderas demandas y necesidades de los trabajadores que recurren al servicio. Para ello, NUAT está ubicado en las instalaciones del Ministerio Público del Trabajo en Porto Velho, Rondônia, y funciona de lunes a viernes, en el horario de 8:00 a 12:30. El procedimiento de triaje sigue el mismo patrón adoptado por el MPT: inicialmente, el usuario presenta su demanda en la recepción, donde se evalúa la posibilidad de atención por parte del núcleo. Si la demanda es compatible, la atención se remite a la sala de audiencia nº 2, donde uno o dos estudiantes realizan la atención.

RESULTADO

Al hablar de la garantía constitucional de acceso a la justicia, no se debe limitar únicamente al derecho de involucrarse con facilidad en procesos litigiosos. Es importante recordar que se trata, sobre todo, de una dimensión que comprende el acceso a la justicia como la necesidad de repensar el conjunto de instituciones orientadas no solo al procesamiento, sino también a la prevención de los conflictos (Pereira apud Cappelletti, 2024). De acuerdo con Kazuo Watanabe, el acceso a la justicia no siempre se fundamenta en el ingreso a litigios jurídicos, abarcando también medios alternativos, como soluciones administrativas y consensuadas de resolución de conflictos (Pereira apud Watanabe, 2024). Así, se vuelve necesario pensar en mecanismos que no se restrinjan a la judicialización, sino que también ofrezcan amparo al individuo en demandas administrativas, especialmente en lo que se refiere a la atención al trabajador.

En este sentido, después de 2015, los núcleos de práctica jurídica pasan a ser reconocidos como un nuevo actor en el ámbito de las formas de representación procesal jurídica administrativa (Pereira; Andrade; Batista, 2024). El Núcleo de Práctica Jurídica (NPJ) constituye un importante mecanismo desarrollado por los cursos de Derecho con el fin de ampliar el proceso de enseñanza-aprendizaje más allá del espacio físico del aula.

En el curso de Derecho de la Universidad Federal de Rondônia, la práctica jurídica del NPJ se constituye en asignaturas específicas, insertadas en el plan de estudios, siendo una de ellas denominada NPJ Laboral, que funciona de forma

simulada, mediante el análisis de casos hipotéticos. Tal dinámica, aunque relevante desde el punto de vista pedagógico, no cumple con los objetivos del núcleo, puesto que no proporciona la experiencia práctica real. Ante esta limitación, se evidenció la necesidad de unir dos factores: la práctica jurídica y el acceso al valor social del trabajo, conceptualizado en el artículo 7º de la Constitución Federal. En este escenario, surge el proyecto de extensión denominado “NPJ en Acción Colectiva con el MPT”, a partir del cual se concibió el Núcleo Universitario de Asistencia al Trabajador (NUAT), que fue estructurado con el propósito de atender a dos demandas centrales del problema: la oferta de práctica jurídica laboral a los estudiantes y la atención de las demandas recibidas por el Ministerio Público del Trabajo que no pueden ser atendidas directamente por la institución .

Para ello, el proyecto está vinculado al Programa de Posgrado en Derechos Humanos y Desarrollo de la Justicia (DHJUS), que ayuda a los estudiantes en demandas de alta complejidad a través de supervisión asistida. Los estudiantes de maestría del programa ofrecen apoyo en diversas situaciones, como en casos donde es necesaria la utilización de un poder notarial, así como en la revisión de los materiales e informes producidos durante y después de las atenciones.

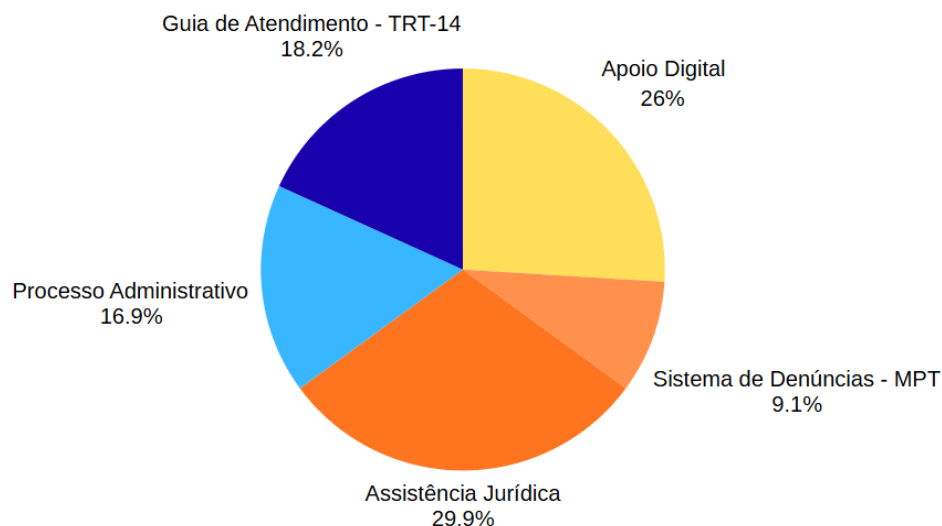
Las demandas atendidas por el NUAT se clasifican en cinco tipologías: (i) asistencia jurídica; (ii) CTPS/GOV - apoyo digital; (iii) guía de atención del TRT-14; (iv) procesos administrativos; y (v) guía de denuncia al Ministerio Público del Trabajo.

Inicialmente, los alumnos fueron invitados a atender junto con servidores del propio MPT, con el fin de comprender paso a paso una atención. Con el tiempo, comenzaron a realizar atenciones individuales orientadas a asesoramiento jurídico, además de elaborar y dar seguimiento a procesos administrativos, como solicitudes y recursos.

Además, según el interés del asistido, también se realiza el llenado de la guía de atención en el sitio web del TRT-14, para su posterior registro. Después de eso, se identificó una demanda muy pertinente en lo que respecta al acceso a la Carpeta de Trabajo Digital y al sistema Gov, ya que, desde la Ley nº 13.874, de 20 de septiembre de 2019, y de la Resolución nº 1.065, de 23 de septiembre de 2019, la tarjeta de trabajo comenzó a emitirse de forma virtual, dejando sin acceso a quienes no tienen alfabetización digital, que, según Gilster (citado en Paiva, 2021), “la alfabetización digital es la habilidad de comprender información, y, más importante, de evaluar e integrar información en los múltiples formatos que la computadora puede ofrecer”. En este sentido, el núcleo está presente para auxiliar en esta demanda, destacándose en la categoría de apoyo digital, que comprende actividades como la recuperación de cuentas gov.br, acceso a la Carpeta de Trabajo Digital, FGTS e INSS.

Paralelamente, durante el año 2025, hubo funcionamiento de abril a diciembre, período en el que el NUAT realizó 81 atenciones. En este sentido, se muestra, en un gráfico, cómo se produjo la distribución de las demandas en el período citado:

Figura 1: Tipos de atendimentos realizados pelo NUAT



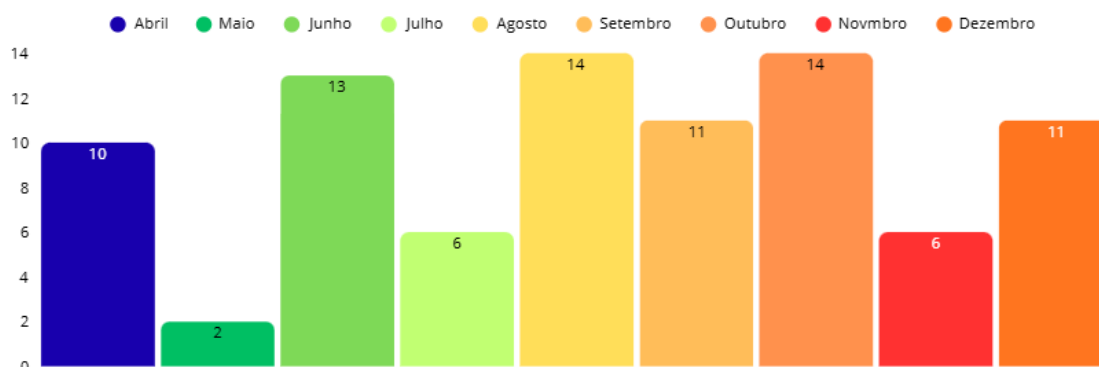
FUENTE: autor propio

Figura 1. Gráfico demostrativo de las atenciones del Núcleo Universitario de Asistencia al Trabajador y sus respectivos porcentajes del año 2025 en Porto Velho/RO.

Se observa, a partir del gráfico presentado, que las mayores demandas atendidas por el núcleo se concentran en dos: la asistencia jurídica y el apoyo digital.

Este resultado evidencia que, además de la búsqueda de orientaciones jurídicas laborales, una parte significativa de los trabajadores enfrenta dificultades relacionadas con el acceso y la utilización de herramientas digitales esenciales para la garantía de sus derechos, reforzando la relevancia de la actuación del NUAT en la alfabetización digital de los trabajadores.

También es importante observar la cantidad de atenciones realizadas en el año, totalizando 81 atenciones en el período analizado.



FUENTE: autor próprio

Figura 2. Gráfico de la cantidad de atenciones realizadas por el NUAT entre los meses de abril y diciembre de 2025.

La distribución mensual de estas atenciones demuestra la necesidad de la labor del núcleo, sobre todo considerando que, aunque funcione en las instalaciones del MPT, el NUAT no está vinculado institucionalmente a este organismo, actuando de manera autónoma en la atención de demandas propias y externas. De esta forma, el núcleo facilita la vida de los trabajadores que acuden al MPT para resolver cuestiones laborales, administrativas o individuales, incluyendo asistencia jurídica.

CONCLUSIONES

La experiencia del Núcleo Universitario de Asistencia al Trabajador (NUAT), desarrollado en colaboración con el Ministerio Público del Trabajo de la 14ª Región, evidencia el potencial transformador de las acciones de extensión orientadas a la promoción de derechos. Al ofrecer orientación jurídica gratuita, apoyo administrativo y asistencia en el acceso a herramientas digitales esenciales, el NUAT contribuye a superar barreras informacionales, institucionales y tecnológicas que históricamente dificultan el ejercicio de los derechos laborales por parte de los trabajadores. Además del impacto social generado, la actuación del NUAT demuestra una relevante contribución a la formación académica y profesional de los estudiantes de Derecho, quienes, al participar en contextos reales de atención, desarrollan competencias técnicas, éticas y humanas indispensables para el ejercicio de una práctica jurídica comprometida con la justicia social.

Palabras clave: Acceso a la justicia; Extensión universitaria; Derechos humanos; Derecho laboral; Centro Universitario de Atención al Trabajador.

MARIA EDUARDA NUNES FIGUEIRA¹

THAIS BERNARDES MAGANHINI²

MARIA LETÍCIA FERREIRA MARQUES³

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2019). *Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019*. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm

Brasil. (2019). *Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019*. Dispõe sobre a emissão da Carteira de Trabalho Digital. Diário Oficial da União.

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.065-de-23-de-setembro-de-2019-218768613>

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Paiva, V. L. M. de O. (2021). *Letramento digital: problematizando o conceito*. Revista da ABRALIN, 20(3), 1161–1179. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1905>

Pereira, L. I., Andrade, G. P. P., & Batista, P. F. (2024). *Acesso a direitos sociais pelos núcleos de prática jurídica: estudo da Universidade Federal de Viçosa/MG*. Revista do Direito Público, 19(1), 161–180. <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2024.v19.n1.45431>.

DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, das Instituições Públicas. Política Nacional de. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8969/28/Discutindo_o_dialogo_na_educacao_sob_a_perspectiva_de_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

RAMOS, Fabio Fagner Pereira. Acesso à justiça: aspectos históricos, Projeto Florença e Constituição Federal de 1988. Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, [S. l.], n. 56, p. 160–187, 2021. DOI: 10.63601/bcesmpu.2021.n56.160-187. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/596>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Revista brasileira de educação. [S.l.]: Amplamente Cursos e Formação Continuada, 2024. Disponível em: *b9c3ab_bb55d9a87dfe43bca5942e95224e623f.pd

University Center for Worker Assistance at the MPT of the 14th Region as an Instrument of Access to Justice.

MARIA EDUARDA NUNES FIGUEIRA

mariafigueira.unir@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7619-9867>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9861021569920390>

THAIS BERNARDES MAGANHINI

tbm@unir.br

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6602-3467>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6368380758506294>

MARIA LETÍCIA FERREIRA MARQUES

mariaferreiramqs12@gmail.com

Universidade Federal de Rondônia UNIR - Porto Velho - RO

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6602-3467>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6067563572608830>

ABSTRACT

Access to justice is a fundamental right and an indispensable prerequisite for other rights, being more than a mere right to claim, but a concrete possibility for defending rights within a real and effective legal order. In this context, university extension programs present themselves as a relevant instrument for promoting access to justice, bringing the university closer to society and contributing to overcoming informational and social barriers. This paper analyzes the activities of the University Center for Assistance to Workers (NUAT), an extension project linked to the Law course at the Federal University of Rondônia, developed within the scope of the Labor Public Prosecutor's Office of the 14th Region, in Porto Velho/RO.

This research adopts a mixed methodology, both quantitative and qualitative in nature, based on the documentary analysis of services provided by the center in 2025. The

results demonstrate that the NUAT (Center for Legal Assistance in Labor Law) plays a significant role in providing legal guidance on labor issues and digital support to workers, especially in matters related to access to electronic systems essential for guaranteeing rights. It concludes that the NUAT's experience highlights the role of university extension as an effective mechanism for promoting access to justice, strengthening citizenship, and realizing fundamental rights within the context of labor relations.

INTRODUCTION

Access to justice is one of the fundamental human rights and represents an indispensable prerequisite for the realization of other rights, not limited to the formal prerogative of petitioning the Judiciary. It is, above all, the concrete possibility for individuals to defend their rights through instruments capable of guaranteeing a just, real, and effective legal order (Ramos, 2021). In this sense, the realization of access to justice requires overcoming social, informational, and institutional barriers that have historically distanced significant portions of the population from legal protection mechanisms.

Education, in this context, assumes a central role in promoting access to justice, especially when understood from a critical and dialogical perspective. Paraphrasing Paulo Freire, the educational process is not restricted to the vertical transmission of content, but recognizes students as active subjects in the construction of knowledge, capable of externalizing the knowledge produced in academia and engaging with social reality (Correia; Oliveira, 2016). This conception attributes an emancipatory meaning to extension practices, by promoting interaction between the university and society and enabling the collective construction of legal knowledge.

University extension is thus configured as one of the main means of enabling access to justice. As a bridge between the university and the community, extension actions bring socially vulnerable groups closer to legal protection institutions, offering information, guidance and support in situations of rights violations. Souza, Pontes et al. (2024), citing Farias and Oliveira, highlight that extension projects allow students to engage in social activities, enabling the understanding of real problems and concrete cases, so that academic knowledge directly engages with society, contributing to the transformation of local reality.

The literature indicates that university extension, guided by the constitutional principle of the inseparability of teaching, research and extension, constitutes an educational, interdisciplinary, cultural, scientific and political process, through which the university interacts in a transformative way with the various sectors of society. According to Souza and Pontes et al. (2024), extension projects favor a critical analysis of social problems and teaching and research strategies, operating as a two-way street: while inserting the student into social reality, they allow the return to the

university of learning and experiences acquired in situ, strengthening the integration between academia and society.

Historically understood as a welfare practice or subordinated to research, university extension has come to assume a broader and more strategic role. In contemporary times, it breaks the physical limits of the university and establishes an effectively dialogical relationship with society, producing reciprocal benefits and contributing to the common good and to the mutual transformation between community and academia. In the National Policy for University Extension, developed by the Forum of Pro-Rectors of Extension of Brazilian Public Universities - FORPROEX, they explain that beyond academic development, participation in extension projects provides significant contributions to the professional training of students, especially through direct contact with the narratives and demands of workers in contexts of social vulnerability, expanding the legal and human sensitivity of students.

It is in this scenario that the University Center for Assistance to Workers (NUAT) is inserted, an extension project that works in partnership with the Labor Public Prosecutor's Office of the 14th Region, with the objective of offering free legal guidance to workers in the field of Labor Law. The project seeks to fill the gap in access to basic legal information, ranging from clarifying doubts to forwarding complaints related to violations of labor rights, as well as guidance on social security benefits and administrative procedures. Although the Labor Public Prosecutor's Office has constitutional authority to defend workers' rights collectively, many individual claims remain unattended, highlighting the importance of the NUAT's role as a complementary mechanism for promoting access to justice.

OBJECTIVE

To demonstrate the effectiveness, as an aid to access to justice, of the actions of the University Center for Assistance to Workers (NUAT), linked to the labor law practice of the Law course at the Federal University of Rondônia and to the Postgraduate Program in Human Rights and Justice (DHJUS), developed within the scope of the Labor Public Prosecutor's Office (MPT), in Porto Velho/RO, in the year 2025.

METHODOLOGY

The data analysis is mixed, being quantitative and qualitative, with a descriptive and analytical approach. It is quantitative because it is a documentary research that uses tabulated numerical data (Gil, 2017), based on a spreadsheet that stores all the services provided by NUAT in the year 2025, obtained empirically during the period. It is qualitative due to the nature of the data collected and the theoretical assumptions that guided the investigation (Gil, 2017), allowing the categorization, interpretation and understanding of the demands met.

In this way, the approach of this work seeks to describe and analyze the services provided by the students within the scope of the center throughout the year, in order to categorize each type of service performed, making it possible to identify the real demands and needs of the workers who resort to the service.

To this end, NUAT is located on the premises of the Labor Public Prosecutor's Office in Porto Velho, Rondônia, and operates from Monday to Friday, from 8:00 am to 12:30 pm. The triage procedure follows the same pattern adopted by the MPT; initially, the user presents their demand at the reception, and the possibility of service by the center is assessed. If the demand is compatible, the service is forwarded to hearing room No. 2, where one or two academics provide the service.

RESULT

When discussing the constitutional guarantee of access to justice, it should not be limited only to the right to easily engage in litigation processes. It is important to remember that this is, above all, a dimension that encompasses access to justice as the need to rethink the set of institutions aimed not only at processing, but also at preventing conflicts (Pereira apud Cappelletti, 2024).

According to Kazuo Watanabe, access to justice is not always based on entering into legal disputes, also encompassing alternative means, such as administrative and consensual solutions for conflict resolution (Pereira apud Watanabe, 2024).

Thus, it becomes necessary to think about mechanisms that are not restricted to judicialization, but that also offer support to the individual in administrative demands, especially with regard to worker assistance.

In this sense, after 2015, legal practice centers began to be recognized as a new actor in the context of forms of administrative legal procedural representation (Pereira; Andrade; Batista, 2024).

The Legal Practice Center (NPJ) is an important mechanism developed by law courses to expand the teaching-learning process beyond the physical space of the classroom.

In the Law course at the Federal University of Rondônia, the NPJ's legal practice consists of specific subjects included in the curriculum, one of which is called Labor NPJ, which operates in a simulated manner, through the analysis of hypothetical cases. This dynamic, although relevant from a pedagogical point of view, does not meet the objectives of the center, since it does not provide real practical experience. Given this limitation, the need to combine two factors became evident: legal practice and access to the social value of work, as defined in Article 7 of the Federal Constitution.

In this scenario, the extension project called "NPJ in Collective Action with the MPT" emerged, from which the University Center for Assistance to Workers (NUAT) was conceived, which was structured with the purpose of meeting two central demands of the problem: offering labor law practice to students and receiving demands received by the Labor Public Prosecutor's Office (MPT) that cannot be directly met by the institution.

To this end, the project is linked to the Postgraduate Program in Human Rights and Justice Development (DHJUS), which assists students in highly complex demands through assisted supervision. The program's master's students offer support in various situations, such as cases where the use of a power of attorney is necessary, as well as in the review of materials and reports produced during and after the services.

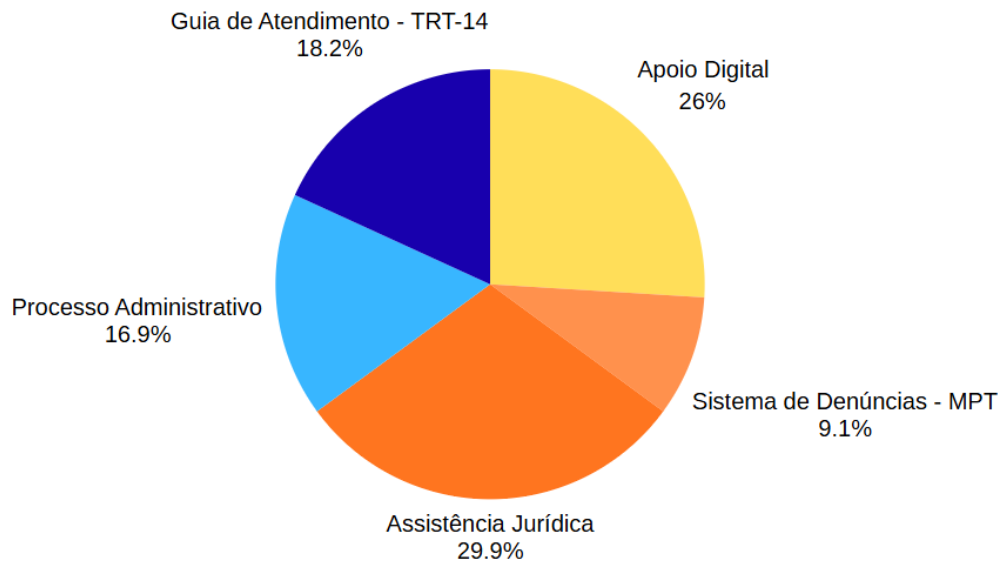
The demands met by NUAT are classified into five types: (i) legal assistance; (ii) CTPS/GOV - digital support; (iii) TRT-14 service guide; (iv) administrative processes; and (v) guide for reporting to the Labor Public Prosecutor's Office.

Initially, students were invited to provide services together with MPT staff to understand the step-by-step process of a service. Over time, they began to provide individual services focused on legal guidance, in addition to preparing and monitoring administrative processes, such as requests and appeals. Furthermore, depending on the client's interest, the service form is also completed on the TRT-14 website for later formalization.

After that, a very relevant demand was identified regarding access to the Digital Work Card and the Gov system, since, since Law No. 13,874, of September 20, 2019, and Ordinance No. 1,065, of September 23, 2019, the work card has been issued virtually, leaving those who do not have digital literacy without access, which, according to Gilster (apud Paiva, 2021), "digital literacy is the ability to understand information - and, more importantly, to evaluate and integrate information in the multiple formats that the computer can offer". In this sense, the center is present to assist in this demand, standing out in the digital support category, which includes activities such as the recovery of gov.br accounts, access to the Digital Work Card, FGTS and INSS.

In parallel, during the year 2025, the service operated from April to December, a period in which NUAT provided 81 services. The graph below shows how the demand was divided during this period:

Figura 1: Tipos de atendimentos realizados pelo NUAT



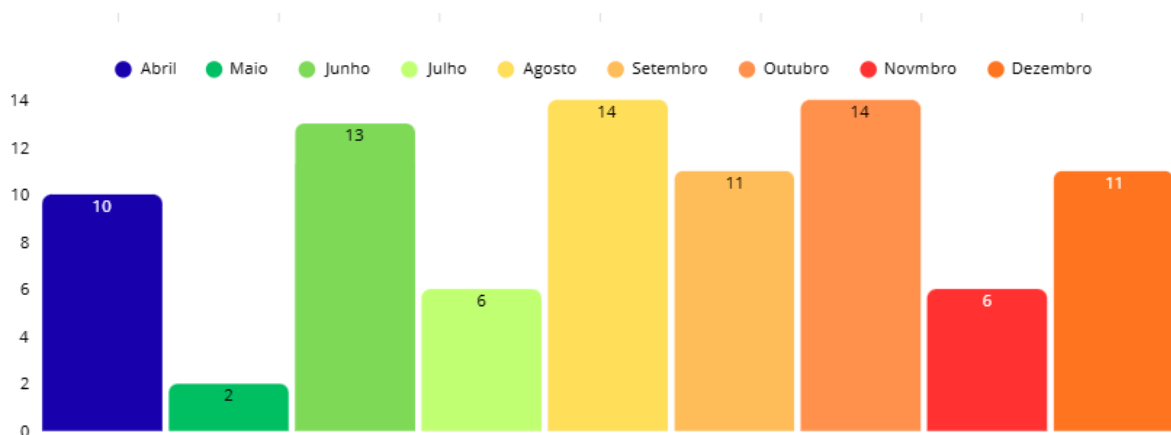
SOURCE: Author's own work

Figure 1. Graph showing the services provided by the University Center for Worker Assistance and their respective percentages for the year 2025 in Porto Velho/RO.

It can be observed from the graph presented that the greatest demands met by the center are concentrated in two areas: legal assistance and digital support.

This result shows that, in addition to seeking labor law guidance, a significant portion of workers face difficulties related to accessing and using digital tools essential for guaranteeing their rights, reinforcing the relevance of the NUAT's role in the digital literacy of workers.

It is also important to note the number of services provided during the year, totaling 81 services in the analyzed period.



SOURCE: Author's own work

Figure 2. Graph of the number of services provided by NUAT between April and December 2025.

The monthly distribution of these services proves the need for the center's work, especially considering that, although it operates within the MPT's premises, NUAT is not institutionally linked to this body, acting autonomously in addressing its own and external demands. In this way, the center facilitates the lives of workers who seek the MPT to resolve labor, administrative or individual issues, including legal assistance.

CONCLUSIONS

The experience of the University Center for Worker Assistance (NUAT), developed in partnership with the Labor Public Prosecutor's Office of the 14th Region, demonstrates the transformative potential of extension activities aimed at promoting rights. By offering free legal guidance, administrative support and assistance in accessing essential digital tools, NUAT contributes to overcoming informational, institutional and technological barriers that have historically hindered the exercise of labor rights by workers.

Beyond the social impact generated, NUAT's work demonstrates a significant contribution to the academic and professional training of law students, who, by engaging in real-world service contexts, develop technical, ethical, and human skills essential to the practice of law committed to social justice. This concrete experience reinforces Freire's conception of critical and dialogical education, in which knowledge is collectively constructed through interaction between the university and society.

Finally, it is concluded that initiatives such as NUAT reaffirm the social role of the public university and its responsibility in promoting fundamental rights, aligning with the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda, especially with regard to the promotion of decent work and citizenship. The experience analyzed demonstrates that university extension, when articulated with public institutions and guided by a human rights perspective, constitutes an effective means of promoting access to justice and strengthening the Democratic Rule of Law.

Keywords: Access to justice; University extension; Human rights; Labor law; University Center for Worker Assistance.

MARIA EDUARDA NUNES FIGUEIRA¹

THAIS BERNARDES MAGANHINI²

BIBLIOGRAPHIC REFERENCE

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (2019). *Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019*. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm

Brasil. (2019). *Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019*. Dispõe sobre a emissão da Carteira de Trabalho Digital. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.065-de-23-de-setembro-de-2019-218768613>

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Paiva, V. L. M. de O. (2021). *Letramento digital: problematizando o conceito*. Revista da ABRALIN, 20(3), 1161–1179. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1905>

Pereira, L. I., Andrade, G. P. P., & Batista, P. F. (2024). *Acesso a direitos sociais pelos núcleos de prática jurídica: estudo da Universidade Federal de Viçosa/MG*. Revista do Direito Público, 19(1), 161–180. <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2024.v19.n1.45431>.

DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, das Instituições Públicas. Política Nacional de. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8969/28/Discutindo_o_dialogo_na_educacao_sob_a_perspectiva_de_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

RAMOS, Fabio Fagner Pereira. Acesso à justiça: aspectos históricos, Projeto Florença e Constituição Federal de 1988. Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, [S. l.], n. 56, p. 160–187, 2021. DOI: 10.63601/bcesmpu.2021.n56.160-187. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/596>. Acesso em: 14 dez. 2025.

Revista brasileira de educação. [S.l.]: Amplamente Cursos e Formação Continuada, 2024. Disponível em: *b9c3ab_bb55d9a87dfe43bca5942e95224e623f.pdf